

RESENHA

*Donizeti Rodrigues Ladeira**

REID, Thomas. **Investigação sobre a mente humana segundo os princípios do senso comum**. São Paulo: Vida Nova, 2013.

Temos nessa obra algo que parece ser uma intromissão petulante de conceitos religiosos, com cosmovisão reformada, no universo projetado e delimitado por fortes fronteiras da chamada autonomia do pensamento filosófico.¹ Desde a modernidade uma formulação dogmática foi estabelecida: religião é uma coisa e ciência é outra. Por isso, é tão bem-vinda a crítica de Herman Dooyeweerd, quando escreve:

Nem Kant, o fundador da conhecida crítica transcendental da filosofia, nem Edmund Husserl, o fundador da moderna fenomenologia, a qual ele denominou “a mais radical crítica do conhecimento”, fizeram da atitude teórica do pensamento um problema crítico. Ambos partiram da autonomia teórica do pensamento como um axioma desobrigado de posterior justificação. Essa é a pressuposição dogmática de sua inquirição teórica, que torna problemático o caráter crítico da autonomia e mascara o seu verdadeiro ponto de partida, o qual, como matéria de fato, regula sua maneira de colocar os problemas filosóficos.²

É claro que os aderentes desse tipo de asserção de dogma podem olhar para além de suas fronteiras, verificar que existe verdadeira filosofia cristã e

* Bacharel em Teologia (Seminário Presbiteriano Rev. José Manoel da Conceição); licenciatura plena em Filosofia, História e Psicologia (FAI), mestre em Ciências da Religião (Universidade Presbiteriana Mackenzie); doutor em Ciências da Religião (Universidade Metodista de São Paulo); professor no Seminário José Manoel da Conceição; diretor e professor do Instituto Bíblico Ashbel Green Simonton; pastor da 1ª Igreja Presbiteriana de São Bernardo do Campo.

¹ DOOYEWEERD, Herman. *No crepúsculo do pensamento*: estudo sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico. São Paulo: Hagnos, 2010, p. 45.

² *Ibid.*, p. 53-54.

fazer uma crítica de suas críticas. Para isso, devem ler Thomas Reid (1710-1796), uma espécie de pioneiro nesse tipo de empreitada. Sua obra *An Inquiry into the Human Mind on the Principles of Common Sense*, de grande valor e importância no contexto britânico e americano, foi publicada em português por Edições Vida Nova em 2013, o que representa uma excelente notícia.

Thomas Reid nasceu em 26 de abril de 1710 e faleceu em 7 de outubro de 1796. Foi um filósofo escocês e também um pastor presbiteriano, contemporâneo de David Hume (1711-1776) e fundador da escola escocesa do Senso Comum. Desempenhou um papel muito importante no chamado Iluminismo Escocês. A obra *Investigação Sobre a Mente Humana Segundo os Princípios do Senso Comum*, publicada em 1764, foi um forte ataque ao pensamento de David Hume, principalmente depois do livro *Tratado da Natureza Humana*.

Esse livro de Thomas Reid pode ser visto como um ato de fé, uma ação apologética, muito bem-vinda por sinal.³ Ele parece ser petulante por se propor a desafiar um gigante como David Hume, considerando que para muitos, naquele momento, Reid era apenas um “religioso”, um simples pastor de sua paróquia, um ministro presbiteriano e estudioso das obras de Locke, Berkeley, Newton e do próprio David Hume, contudo sem muita expressão no cenário filosófico.⁴ Ao invés de enfrentar o inimigo com poderosa armadura, com forte escudo e afiada espada, ele apareceu no cenário filosófico com um punhado de cinco pedras,⁵ o que fez com que o gigante se expressasse da seguinte forma: “Quem dera os clérigos se ativessem à sua posição de cuidar das ovelhas e deixassem para os filósofos a tarefa de perscrutar com temperança e boas maneiras”.⁶ Na verdade, depois da pedra certa, o grande filósofo disse que os escritos de Reid “eram um sério desafio frente às ideias cétricas”.⁷

Reid mesmo mostra esse respeito:

³ Thomas Reid tem sido estudado por muitos que se interessam por filosofia, principalmente por estudiosos interessados em questões morais, epistemológicas e apologéticas. Hoje pode-se encontrar a obra de Reid por meio de reedições de seus originais e por meio de seus manuscritos. O material de língua inglesa garante acesso às principais obras, tais como os ensaios, obras essas importantes também para outros campos, como o linguístico.

⁴ Tal pensamento é uma injustiça, devido à envergadura filosófica desse pensador. Sua filosofia atingiu a Alemanha, a França e a América do Norte. Para maiores informações sobre a importância de Thomas Reid, sugiro a excelente obra: WOLTERSTORFF, Nicholas. *Thomas Reid and the story of epistemology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

⁵ Estou falando da obra analisada, que se concentra na pesquisa de Reid dedicada ao exame dos cinco sentidos e das operações e capacidades da mente que são empregadas a fim de que os seres humanos possam obter conhecimento.

⁶ Esse trecho se encontra em: BROOKES, Derek R. (Org.). *The Edinburgh edition of Thomas Reid*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press, 1997, p. 257.

⁷ BEANBLOSSOM, Ronald E.; LEHRER, Keith. *Thomas Reid, Inquiry and Essays*. Indianapolis, Indiana: Hackett Publishing, 1983, p. 12. Reproduzido de: HAMILTON, William (Org.). *The Work of Thomas Reid*. 6ª ed. Edimburgo: Maclachlan and Stewart, 1863.

Reconheço, meu senhor, que nunca pensei em questionar os princípios comumente aceitos no que diz respeito ao entendimento humano até a publicação do *Tratado da Natureza Humana*, no ano 1739. O engenhoso autor desse tratado, segundo os princípios de Locke, que não era nenhum cético, construiu um sistema de ceticismo que não abre qualquer espaço para que se creia em qualquer coisa além de seu contrário. Seu raciocínio me pareceu ser justo: havia então a necessidade de se colocar em questão os princípios sobre os quais estava fundado, ou de se admitir tal conclusão (p. 16).

Mais adiante, mostra o seu temor:

Mas pode alguma mente ingênua admitir esse sistema cético sem relutância? Certamente não pude, meu senhor: pois estou persuadido de que o ceticismo absoluto não é mais destrutivo à fé de um cristão que à ciência de um filósofo e à prudência de um homem de entendimento comum. Estou persuadido de que os injustos vivem pela fé assim como os justos; de que, se todas as crenças pudessem ser deixadas de lado, piedade, patriotismo, amizade, afeição familiar, e virtude privada pareceriam tão ridículos quanto a cavalaria errante; e de que a busca por prazer, ambição e avareza deve ser fundada na crença, bem como aquela que é honrável e virtuosa (p. 16).

Assim, verificamos o valor desse livro, um desafio ao ceticismo filosófico do século 18 nos moldes de um legítimo debate em torno da problemática filosófica. Reid apresenta nessa obra uma crítica contra a tentativa de Hume de introduzir o método de raciocínio experimental nas ciências morais como parte do princípio de que todas as nossas ideias são, na verdade, resultado de “impressões”. Essas impressões podem ser divididas em impressões de sensação e reflexão, tais quais as emoções. Seguindo os termos dessa filosofia cética, nenhum objeto externo poderia estar imediatamente presente à mente. Por conseguinte, nosso conhecimento do mundo externo não pode ser direto. Diretas são apenas as impressões:

Tais faculdades, portanto, se têm alguma influência neste caso, devem produzir a noção de uma existência distinta, não a de uma existência contínua; e, para isso, devem apresentar suas impressões, seja como imagens e representações, seja como essas próprias existências distintas e externas.⁸

Para Hume, portanto, podemos concluir com certeza que a opinião de uma existência continuada e de uma existência distinta nunca surge dos sentidos. Em outro lugar, Hume comenta sobre a natureza do corpo:

⁸ HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. Trad. Déborah Danowski. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009, p. 221.

Acredito que se poderiam levantar muitas objeções a esse sistema. No momento, porém, irei me limitar a apenas uma, que considero decisiva. Afirmo que, por meio desse sistema, em vez de explicarmos as operações dos objetos externos, acabamos aniquilando por completo todos esses objetos e ficamos reduzidos às opiniões que o ceticismo mais extravagante mantém a seu respeito. Se cores, sons, sabores e aromas são somente percepções, nada que possamos conceber possui uma existência real, contínua e independente; sequer o movimento, a extensão e a solidez, que são as qualidades primárias em que mais se insiste.

Então, podemos sem dúvida perguntar que causas nos induzem a acreditar na existência do corpo. Mas é vão perguntar se há ou não corpo.⁹

A filosofia de Hume e seus axiomas se tornaram muito importantes. Ele cresceu no conceito europeu e se tornou um expoente. Sua obra influenciou ninguém menos que Kant, que, conforme sabemos, acordou de um sono dogmático por meio dos passos do gigante, como ele mesmo disse.¹⁰ Basta entender que aos poucos o *Tratado* se tornou uma fonte inspiradora e atraiu muitos adversários, dentre eles o pastor presbiteriano Thomas Reid.

O livro *Investigação Sobre a Mente Humana Segundo os Princípios do Senso Comum* é resultado da tentativa de responder uma questão epistemológica. Por isso, essa obra não deve ser lida apenas como um texto devocional. Na verdade, trata-se de um profundo arrazoado filosófico que trata de rebater os argumentos de um gigante do empirismo. Os leitores desse livro devem estar preparados minimamente para isso, tendo relativa noção de Descartes, Locke, Berkeley e principalmente David Hume.

O que se observa nas obras de Reid, principalmente na *Investigação*, é como desde o passado, por meio de seu mestre George Turnbull (1698-1748),¹¹ ele sentiu a necessidade de defender a capacidade humana de compreender o mundo em que vive por meio de suas percepções. Ele atesta que lidar com o assunto requer toda a atenção e dedicação, e sua preocupação com as recentes movimentações filosóficas de seus dias lhe trazia a necessidade de escrever mais sobre o assunto.¹²

⁹ São intermináveis as baterias de argumentos de Hume contra as antigas crenças da igreja, tais como: 1) é possível que a matéria seja auto-organizada e não organizada por um Criador; 2) é impossível tirar conclusões sobre o todo a partir de uma parte; 3) não há relação de causa e efeito.

¹⁰ KANT, Emanuel. *Prolegômenos a toda metafísica futura que queira apresentar-se como ciência*. Lisboa: Edições 70, 1981, p. 14.

¹¹ Sobre a importância desse mestre, ler: BROADIE, Alexander (Org.). *The Cambridge Companion to the Scottish Enlightenment*. Cambridge: University Press, 2003.

¹² Para entender melhor a prodigiosa obra de Reid, recomendo: *The Works of Thomas Reid*. 5ª ed. Edimburgo: Maclachlan and Stewart, 1858, livro fundamental para o estudo da filosofia desse pensador. Essa edição de 914 páginas, com duas colunas em cada página, inclui todos os trabalhos de Reid, com notas de Sir William Hamilton. Apresenta os textos oficiais revisados e corrigidos, com distinções úteis e suplementos, material que somado faz desta obra a mais completa sobre a Filosofia do Senso Comum.

Ler a *Investigação* é antes de tudo ler a obra de um homem que tem fé em Deus, o qual age de modo providencial e capacita o ser humano a enxergar a realidade do mundo criado. Ao ler a obra, o leitor perceberá aos poucos um filósofo com linguagem rebuscada, uma espécie de “filosofês”, mas que nas entrelinhas torna explícita a sua convicção de que Deus deixou pelas sensações uma forma de comunicação entre ele e sua criação. Sua motivação é observada na introdução. Para ele, depois de uma avaliação histórica, o desenvolvimento que passou de Descartes, Locke e Berkeley até Hume levou a uma contrariedade quanto ao divino Criador do universo (p. 23). Daí a necessidade de argumentar a favor do poder de crença no real, e a obra *Investigação* tem esse propósito. É uma crítica ao sistema ideal que, segundo essa obra, não reconhece as evidentes diferenças qualitativas que existem entre sensações e objetos, um racionalismo.¹³

Reid enfrenta o problema do ceticismo como uma afronta à perfeição estabelecida por Deus no mundo natural. Se todas as artes ou ciências têm conexão com a mente, a filosofia de Hume tornaria impossível qualquer finalidade de existência. “Se a principal faculdade que nos é dada na verdade não pode compreender, então estamos perdidos”, escreve ele.¹⁴

O livro contém 7 capítulos, cuja tônica básica é mostrar o quanto o desenvolvimento filosófico estava conduzindo para uma linha desesperadora.¹⁵ Reid faz isso ao analisar brevemente o caminho percorrido pelo que ele chama de vertente cética, que passa por Descartes, Locke e Berkeley até o foco de sua obra, o pensador David Hume.

O texto começa com uma dedicatória ao reitor da Universidade de Aberdeen. Reid ressalta a sua motivação de proteger a base de crença para todas as ciências e também para a fé (p. 23). Ele critica o modelo de Locke quanto à teoria das ideias, como se o mesmo fosse constituído apenas de percepções da mente, e mostra que os axiomas de Descartes mesclados com as percepções de Locke só poderiam resultar em obras como o *Tratado da Natureza Humana* de Hume.

¹³ McGrath identifica aqui a necessidade de ver o termo “racionalismo” com certa cautela, e perceber que aqui ele não é usado somente para designar “o ambiente geral de otimismo com base na crença no progresso científico e social que permeou grande parte deste período” e que de certa forma o melhor uso do termo deveria ser quanto à ideia de que “o mundo externo pode ser conhecido única e exclusivamente pela razão”. McGRATH, Alister E. *Teologia histórica: uma introdução à história do pensamento cristão*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007, p. 239. Este racionalismo surge em Hume também como uma crítica à religião, pois “para Hume era axiomático que o testemunho humano não era adequado para provar a ocorrência de um milagre na ausência de um análogo contemporâneo”. McGRATH, *Teologia histórica*, p. 243.

¹⁴ REID, *Works*, p. 13. Recomendo a leitura de dois textos importantes nessa coletânea: “Ensaio sobre os poderes intelectuais do homem” (1785) e “Ensaio sobre os poderes ativos do homem” (1788).

¹⁵ Francis Schaeffer chamaria de linha de desespero, uma forma de a natureza consumir a graça.

Logo na introdução, que já é o primeiro capítulo do livro, ele revela que há um realismo que não está na mente e sim no mundo, sendo a mente o objeto criado por Deus com o “poder”¹⁶ de compreender a Criação. Nesse capítulo temos uma das principais teses de Reid na *Investigação*, que é expor que há certo preconceito quanto ao senso comum. Para Reid, o senso comum¹⁷ é tão útil para qualquer formulação filosófica que mereceria uma preocupação especial. Ele faz isso caminhando para o estudo da mente. Por isso, a sua luta é para provar que os sentidos são as principais vias para fazer com que a mente seja digna de toda confiança. Os sentidos não formam impressões e, sim, dados confiáveis que providencialmente evitam o caos. O papel dos sentidos (olfato, paladar, audição, tato e visão) não é representar, como escreve Hume,¹⁸ e sim, na verdade, significar.

Reid indica suas convicções sobre o senso comum como um procedimento muito confiável, mesmo que para alguns seja um caminho ingênuo.¹⁹ Para ele, há uma incoerência no ceticismo apontado por Hume.²⁰ Por exemplo: é ilógico colocar-se em um universo de dúvidas quando, na verdade, a razão pode ser procurada e encontrada, sendo ela fiel e digna de confiança. A mente criada por Deus é uma parceira confiável, pensa Reid.

Dessa forma, Reid passa a dar corpo a sua investigação ressaltando a capacidade de se acreditar na mente por meio dos sentidos. Os órgãos dos sentidos mostram e provam que qualquer caminho cético é na verdade um caminho ilógico. Reid, usando a mesma regra de Descartes, ou seja, o método,

¹⁶ Termo este que precisa de muita atenção nos escritos de Reid.

¹⁷ O termo “senso comum” também é mais do que simples percepção: é na verdade um apelo a princípios inatos, dons de Deus para potencializar a natureza humana que são partes do constitutivo racional.

¹⁸ Como escreve o próprio Hume: “...assim para resumir o que eu disse acerca dos sentidos, eles não nos dão nenhuma noção de existência contínua, porque não podem operar além do domínio em que realmente operam. Tampouco produzem a opinião de uma existência distinta, porque não podem oferecê-la à mente nem como representada, nem como original. Para oferecê-la como representada, teriam de apresentar tanto um objeto como uma imagem. Para fazê-la aparecer como original, teriam de transmitir uma falsidade, a qual teria de estar nas relações e na situação. Para isso, teriam de ser capazes de comparar o objeto conosco – e, mesmo nesse caso, não nos enganariam, nem seria possível que nos enganassem. Podemos, portanto, concluir com segurança que a opinião de uma existência contínua e de uma existência distinta nunca provém dos sentidos”. *Tratado da Natureza Humana*, p. 224-225.

¹⁹ “É metafísica, dizem: Quem presta atenção a isto? Deixem os intelectuais, os sofistas e escolásticos entrarem nas suas próprias teias de aranha; eu consigo solucionar os problemas de minha própria existência, e a existência de outras coisas, com confiança; e acreditar que a neve está fria, e na doçura do mel. Pode ser dito que isso é coisa de um tolo, ou queiram me fazer de tolo, quando eu acredito em minha razão e sentidos”. REID, *Works*, p. 19.

²⁰ “Eu confesso, eu não sei o que um cético pode responder a isto: qual seria o argumento para pleitear quando se ouve; que meu raciocínio é sofisticado, e assim merece desprezo; ou não há nenhuma verdade nas faculdades humanas, e então por que nós deveríamos argumentar?” REID, *Works*, p. 24.

certifica que seria incompreensível desestimular o uso dos sentidos como uma forma de compreensão verdadeira das afirmações:

É tão difícil desembaraçar as operações do entendimento humano e reduzi-las a seus primeiros princípios que não podemos esperar obter sucesso em tal tentativa, mas sim começar com as mais simples, e proceder com passos cautelosos em direção às mais complexas. Por essa razão, argumenta-se que os cinco sentidos externos podem ser os primeiros a se considerar em uma análise das faculdades humanas. E a mesma razão deve nos determinar a escolher entre sentidos e dar precedência não ao mais nobre ou mais útil, mas ao mais simples, e aquele cujos objetos correm menos perigo de serem confundidos com outras coisas (p. 33).

Nos capítulos posteriores, Reid evidenciará a importância dos sentidos, que são a principal forma da evidência do conhecimento. Na *Investigação* cada um deles ganha importância e cada um é estudado em um capítulo separado.

No capítulo 2, sobre o olfato, Reid demonstra que temos a capacidade de avaliar um corpo porque todo corpo exala algum tipo de odor. Esta variação em conjunto com a mente produz a capacidade de avaliação de corpos externos. Por exemplo, sentimos o cheiro, mas o objeto avaliado ainda é abstrato em nossa mente. Com as informações já captadas, por meio da *memória* (termo fundamental na filosofia do senso comum) de outras experiências, podemos relacionar o cheiro com o que possivelmente seja parecido com o odor de uma rosa, por exemplo. Seguindo o exemplo, resalto nesse capítulo: eu posso pensar no cheiro de uma rosa mesmo quando eu não a cheirar, e é possível que quando eu pensar nisto não haja nenhuma rosa nem qualquer cheiro onde eu esteja. Mas quando eu sinto o cheiro, necessariamente sou forçado a acreditar que a sensação realmente existe. Isto é comum a todas as sensações, o que ele chama de princípios de crença originais. No caso da rosa, o julgamento por meio das convicções sensoriais precede a *simples apreensão*. Isso acontece pelas primeiras avaliações da mente sobre o objeto que concebe dentro das convicções já existentes na mente pela comparação, na avaliação em acordo ou desacordo com o objeto comparado. Desta forma, temos a crença no objeto (que produz sensação), podendo ser em sua existência presente e passada (memória), e há um sujeito²¹ que pelo poder natural concedido por Deus é um ser sensiente que percebe, independente da mente, a realidade do odor.

No capítulo 3, sobre o paladar, Reid expõe um exemplo semelhante ao do olfato. Contudo, nesse caso ele dá prioridade às dificuldades quanto à diversidade. Ele demonstra que pode haver uma classificação universal quanto ao que é doce e ao que é amargo. Para uns será mais doce, enquanto para outros será menos doce. A variedade no caso não exclui uma *lei natural* que

²¹ Aqui temos um ser em cuja existência podemos acreditar, algo diametralmente diferente da percepção de Hume, que não acreditava na inexistência do próprio eu.

faz com que o homem possa usar esse sentido como forma de convicção em suas definições: o amargo sempre será amargo e o doce sempre será doce, independente do julgamento quanto à quantidade. O mesmo ocorrerá quando ele anexa ao tema a questão da memória que capacita o indivíduo a trabalhar com o julgamento antes da simples apreensão.

No capítulo 4, quanto à audição, Reid toma o mesmo caminho dos outros sentidos. Sua defesa é acerca das pessoas que distinguem alguns sons que outras não conseguem captar. Ele argumenta: embora estejamos ouvindo, tendo capacidade de percepção de harmonia e melodia, e de todos os encantos da música, ainda parece que estes requerem uma faculdade mais elevada que nós chamamos de ouvido musical. Este parece ter muitos graus diferentes, naqueles que têm a faculdade pura e simples de ouvir de modo igualmente perfeito, e então não devem ser classificados com os sentidos externos, mas em uma ordem mais alta.

Nesse quesito, ele se ocupa mais com a linguagem. Reid não tem problemas em dizer que sua compreensão sobre a linguagem está pautada no fato de que há uma *capacidade natural* dada ao homem (p. 81), por isso ele não se preocupa em trabalhar a história da linguagem. Porém, diante da importância do assunto, ele aponta que essa parte é fundamental quando se trata de outros aspectos ligados às representações por meio da língua (idioma): através do idioma eu entendo todos esses sinais que o gênero humano usa para comunicar os seus pensamentos e intenções, seus propósitos e desejos. E tais sinais podem ser concebidos em dois tipos. Primeiro, como não tendo nenhum significado, mas os que são anexados a eles de forma compacta os usam como sinais artificiais; segundo, como é comum, o idioma tem um significado que todo homem entende pelos princípios da natureza. Tendo postulado essas definições, ela pensa que é demonstrável que se os seres humanos não tivessem um idioma natural eles nunca poderiam ter inventado um artificial pela razão e engenhosidade. Para toda linguagem artificial há um acordo que se supõe para anexar certo significado aos sinais. Então deve haver compactos ou acordos antes do uso de sinais artificiais, mas não pode haver nenhuma interação humana sem sinais, nem sem idioma. Assim, devia haver um idioma natural antes de qualquer linguagem artificial que pudesse ser inventada.

Realmente, até mesmo os brutos têm alguns sinais naturais pelos quais eles expressam os seus próprios pensamentos, afetos e desejos, e entendem tais sentimentos em outros. São animais que entendem, por natureza, que o som das vozes humanas pode significar um sinal de ameaça (p. 82), ou seja, os animais, que não têm nenhuma noção de contratos ou convenções, ou de obrigações morais para executá-los, mesmo assim se expressam e por certo seus instintos demonstram a necessidade de comunicação. E onde a natureza negou essas noções, é impossível adquiri-las por arte, como é para um homem cego adquirir a noção de cores. Alguns brutos são sensatos em honrar ou desonrar,

eles têm ressentimento e gratidão, mas nenhum deles, até onde sabemos, pode fazer uma promessa, ou mostrar fé, não tendo nenhuma noção da constituição racional. E, se o gênero humano não tivesse essas noções por natureza, e sinais naturais para expressá-las com toda sua inteligência e criatividade, se nunca tivessem inventado um idioma, a linguagem seria desnecessária. Mas porque ela faz parte de uma capacidade natural, o homem pode transmitir o conhecimento.

Reid não quer dizer que todos os que pintam ou escrevem seriam de fato bons pintores ou bons escritores, mas o uso dos símbolos de comunicação é na verdade uma necessidade natural deles, que os conduz à necessidade de conversar, de estar juntos, de se comunicar. Os homens sempre usarão sinais, e onde não puderem fazer isto através de sinais artificiais, eles o farão, até onde possível, por meio de sinais naturais (p. 83). Para Reid, o uso de sinais naturais deve ser o melhor juiz em todas as artes expressivas. Este é o seu famoso argumento de “linguagem natural”.

No capítulo 5 temos o sentido do tato. Reid afirma que a sensação do toque primeiro sugere as mesmas noções do corpo e suas qualidades. Quando se fala de sensação de quente ou de frio, está-se usando a mesma concepção de Newton quando ele descobriu a lei da gravitação e as propriedades da luz (p. 84). Para ele, a obra de Newton é uma prova de que o valor do senso comum se torna usual no dia a dia. Os homens sábios concordam ou devem concordar em que não há senão um caminho para conhecer as obras da natureza: o caminho da observação e do experimento. Pela nossa constituição, somos fortemente levados a conduzir fatos e observações particulares, extrair regras gerais e aplicar essas regras gerais para explicar outros efeitos ou para nos orientar em sua produção. Esse procedimento do intelecto é familiar a toda criatura humana nas questões comuns da vida e é o único meio através do qual se pode realizar toda descoberta real em filosofia.

É importante ressaltar algumas expressões do livro que podem passar despercebidas para muitos, como “princípio original de nossa constituição”, que sugere à mente, por exemplo, a concepção de dureza quando cria a crença nela, uma sensação que é um signo natural de dureza. Esses “signos naturais” podem ser descobertos pela experiência e pelo aprimoramento da experiência, que geram crença. Tais signos são fenômenos da natureza humana e não temos como argumentar de forma contrária só por causa da hipótese do *Tratado da Natureza Humana*, que acredita que o processo epistemológico é atomístico.

No capítulo 6, que é o mais extenso, temos o sentido da visão. Grande parte da investigação de Reid é dedicada a esse sentido. Ele mostra que a descoberta de Isaac Newton quanto ao conhecimento óptico, como um filósofo natural, é uma forma de humilhar os modernos céticos que ao estudarem as descobertas do mestre da física ficam emaranhados em contradições.

Reid faz muitas considerações sobre a visão, valorizando esse sentido como um dos mais nobres. Para ele, a estrutura dos olhos, com toda a sua

complexidade, é um aparelho natural admirável para todos os movimentos internos e externos, e a variedade de tipos de olhos dos animais prova a sua necessidade e é uma forma de preservação da vida. Isso claramente demonstra que esse órgão é uma obra-prima do trabalho da natureza.

Tem-se o que Reid chama de “figura visível”, e este é o apogeu da sua filosofia, ao afirmar que, pela imagem retinal, pode-se conceber o objeto visível, que é a figura real projetada na retina. Nós não temos nada em nós que possa definir o objeto, pois não somos o objeto, mas o princípio fundamental é que a sensação não se assemelha a algo externo, mas que, na verdade, somos conscientes de que existe algo – a figura visível. Como ele diz em outro lugar: “Isto é comum a todas as sensações: que como elas só podem existir em sendo percebidas, então elas não podem ser percebidas senão quando existem” (p. 35).

Reid enumera várias capacidades do aparelho visual, como a compreensão da distância e da aproximação, por isso a construção do microscópio e do telescópio, fato este que não se pode contestar uma vez que a experiência assim o mostra: a capacidade de distinguir a aparência de objetos, a distinção de suas cores, as aparentes extensões, figuras e movimentos.

Tal como nos outros sentidos, Reid expõe que aquilo que pode ser tido por uma compreensão errônea do sentido da visão é, na verdade, como nos outros sentidos, a possibilidade de uma má compreensão, o que não é um defeito. Ele demonstra que um quadro geral não pode ser substituído por um ponto específico e individualista: um indivíduo não pode ser a referência, diante do quadro que leva o mundo a entender, e comunicar por meio da linguagem, que o vermelho é vermelho. Mesmo que aquele indivíduo daltônico não consiga enxergar o vermelho, ele terá que se direcionar à maioria que vê tal cor. Sobre a questão da visão relacionada à mente, Reid infere que muitas coisas tão naturais podem ser desconsideradas por ela, como a capacidade que temos de refletir sobre as aparências dos objetos. A isso ele dá o nome de filosofia dos sentidos e a mente só pode compreender tal coisa por meio de grande reflexão.

Outra tese sobre a visão pautada por Reid é que as cores são qualidades dos corpos, não uma sensação da mente. Todos os homens que não foram moldados pela filosofia moderna entendem que a cor não é uma sensação da mente, pois na mente não há a possibilidade de uma cor poder ter existência quando não há percepção da cor do objeto, mas uma qualidade ou modificação de corpos continua sendo a mesma, sendo ela vista ou não. A rosa vermelha que está diante de mim ainda é uma rosa vermelha quando eu fecho os meus olhos, e era assim à meia-noite quando nenhum olho a tinha visto.

Reid explica que os objetos representam outras estruturas que não podem ser modificadas – a mente terá que, obrigatoriamente, lidar com a realidade dos objetos. “Um dos maiores paradoxos da filosofia moderna que tem sido tão estimado como uma grande descoberta é, na realidade, quando examinado a fundo, nada mais que um abuso de palavras”.

Uma conclusão prévia: quando se diz que a cor não é uma qualidade dos corpos, mas apenas uma ideia na mente, nós temos que mostrar que a palavra cor, como a usamos de forma vulgar, pode significar não apenas uma ideia da mente, mas a permanente qualidade do corpo. Nós podemos mostrar que há uma qualidade permanente do corpo, para que o uso comum da palavra esteja exatamente de acordo.

Ao se ler a *Investigação*, percebe-se que o diapasão que acaba de ser exposto é uma constante. Reid fala contra o pensamento de filósofos modernos de sua época, como Locke e Hume. Isso porque todos seguiam a compreensão de que tudo já estava preordenado na mente e que os sentidos não eram confiáveis. Todas as dificuldades apontadas por Reid, quando fala das dificuldades de interpretação pelos sentidos, apresentam a possível existência de um caminho mais fácil, e não que se trata apenas de “impressões”. Para ele, nos sentidos também são encontradas dificuldades, como quase tudo na vida, e para esclarecê-las são necessárias maiores pesquisas começando sempre pela forma mais simples que é o senso comum. É desta forma que a raça humana alcança o devido sucesso na busca pela verdade. É por isso que nesse capítulo ele exalta as descobertas de Newton quanto aos avanços alcançados no conhecimento da óptica, que, segundo ele, enobreceram não apenas a filosofia, mas a natureza humana. Essas descobertas devem para sempre envergonhar as tentativas ignóbeis dos cétricos modernos de depreciar o entendimento humano e de desanimar os homens em sua busca pela verdade, representando as faculdades humanas como não sendo aptas para nada, a não ser nos levar a absurdos e contradições (p. 85).

Ele continua mostrando que as deficiências nos sentidos, como a cegueira, podem ser superadas mediante o uso de outros sentidos. Isso é prova, segundo Reid, de que abrir mão dos órgãos dos sentidos, ou diminuí-los, seria um grave erro: um homem cego pode conceber linhas esboçadas de muitos pontos do objeto fazendo ângulos mentais. Ele pode conceber que o comprimento do objeto será grande ou pequeno, na proporção do ângulo que é subentendido na percepção, e que, de certa forma, a largura e a distância geral de qualquer ponto do objeto a outro ponto qualquer irá aparecer como grande ou pequena na proporção dos ângulos em que a distância será subentendida.

Destaca-se nesse capítulo a “teoria da percepção de Reid”. A percepção ganha destaque na obra de Reid, que atesta que “é por causa da passagem” imediata das sensações para a mente que há concepção e convicção do objeto que nós concebemos por meio dela. Dessa maneira, a passagem dos sinais para as coisas significadas ocorre nos sinais ou objetos externos para expressar a função da natureza.

No capítulo 7 temos a conclusão. Ali Reid nos oferece um resumo histórico da investigação da mente humana, dividindo tudo em dois momentos: período antigo e moderno, filosofia antiga e nova. A ruptura foi causada por

Descartes. A primeira, a filosofia antiga, deriva-se mais da reflexão. Por isso, pensa-se que a existência do corpo ou qualquer uma de suas qualidades não deve ser considerada como o primeiro princípio, e que nada devemos admitir com relação a ela, exceto o que, apenas pelo raciocínio, pode ser deduzido de nossas sensações (p. 211). Reid conclui o seu livro mostrando que desde Descartes a Berkeley a tendência foi ou espiritualizar o corpo, como queria Descartes, ou materializar o espírito, como queria Berkeley.

Para evitar isso, a Filosofia do Senso Comum admitiu a existência do que vemos e sentimos como um primeiro princípio, assim como se admite a existência de coisas das quais somos conscientes, e extrair nossas noções das qualidades do corpo de testemunho de nossos sentidos, com os peripatéticos, e nossas noções de nossas sensações do testemunho na consciência, com os cartesianos (p. 212).

Hoje temos em português esse importante livro. O valor da obra reside na riqueza da argumentação de Reid, que é certificada pela durabilidade de seus argumentos, os quais permanecem valorizados em todos os bons arrazoados filosóficos que tratam de questões epistemológicas na academia. Hoje não há como não falar de Hume e seu *Tratado*, como também não há como não falar da *Investigação* de Thomas Reid.

Essa obra é recomendável para quem gosta de história da igreja, em especial a igreja reformada, pois as palavras de Thomas Reid serviram de matriz filosófica de muitas dessas igrejas, principalmente aquelas que têm suas raízes na ação formativa de escolas americanas como o Seminário de Princeton.

A obra é útil para estudantes e admiradores da filosofia. Reid é geralmente valorizado por sua íntima ligação com a fenomenologia, linguagem, moral, etc.²² A obra é recomendada aos interessados por uma filosofia reformada, ou mais especificamente por uma epistemologia reformada, algo comum para quem já segue os passos de Herman Dooyeweerd, Cornelius Van Til, Francis A. Schaeffer e principalmente Alvin C. Plantinga.²³

²² A importância de Thomas Reid se faz presente em várias áreas, como a antropologia. Ver, por exemplo: GEERTZ, Clifford. *O saber local*. 8ª ed. São Paulo: Vozes, 2006; *A interpretação das culturas*. São Paulo: LTC, 1989; *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

²³ Recomendo aos interessados as seguintes obras: PLANTINGA, Alvin. *Self-Profile*. Boston: Reidel, 1985; NASH, Ronald. *Questões últimas da vida: uma introdução à filosofia*. Trad. Wadislau Martins Gomes. São Paulo: Cultura Cristã, 2008; WOLTERSTORFF, Nicolas. *Thomas Reid and the Story of Epistemology*. Cambridge: University Press, 2004; HORTON, Michael S. *O cristão e a cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 1998.